



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6491

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Diversos

Autoria: Coriolano da Soledade Ribeiro Afonso

Data: 09/05/2006

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 74/2006. Dispõe sobre a “Cassação do Alvará de Funcionamento” de estabelecimentos comerciais do município de Montes Claros, nos quais ocorram adulterações de combustíveis.

Controle Interno – Caixa: 9.3

Posição: 12

Número de folhas: 06

Espécie: PL
Categoria: Cíveis
Cl: 9.3
Ordem: 12
nº fls: 04



74/2005

06.06.2006

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2006

AUTOR:

Vereador – Coriolando da Soledade R. Afonso

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Cassação do Alvará de Funcionamento de
Estabelecimento Comercial no Município de Montes Claros nos quais Ocorram
Adulteração de Combustíveis.

MOVIMENTO

- 1 - _____
- 2 - ~~Entrada em~~ 09/05/2006
- 3 - Comissão Legislação e Justiça
- 4 - *Aprovado em 1ª em 01.06.2006*
- 5 - *Aprovado em Regime de Urgência*
- 6 - *Cia em 06.06.2006*
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____



Câmara Municipal de Montes Claros

Gabinete do Vereador Coriolando S. Ribeiro Afonso - Cori

*As Comissões
9/05/06*

PROJETO DE LEI Nº _____/2006

“Dispõe sobre a cassação do alvará de funcionamento de estabelecimento comercial no Município de Montes Claros nos quais ocorram adulterações de combustíveis”.

O povo do Município de Montes Claros - MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a cassar o alvará de funcionamento de estabelecimento comercial no qual ocorra adulteração de combustível.

Art. 2º - Terá seu alvará de funcionamento cassado o estabelecimento comercial que cometer infração grave na comercialização de combustível derivados de petróleo, gás natural, álcool etílico, seus derivados e demais combustíveis líquidos carburantes.

Art. 3º - É considerada infração grave, sujeita à penalidade de cassação de alvará de funcionamento, a constatação da adulteração do combustível oferecido aos consumidores, por estabelecimento instalado no Município, que comercialize derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico, hidrato carburante e demais combustíveis líquidos carburantes em desconformidade com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente.

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
03/05/2006	
HORA: 10:45	
ASS:	



Câmara Municipal de Montes Claros

Gabinete do Vereador Coriolando S. Ribeiro Afonso - Cori

§ 1º - Constatada a infração, através do laudo da ANP — Agência Nacional do Petróleo, ou entidade credenciada ou com ela conveniada para elaborar exames ou análises de padrão de qualidade de combustíveis automotores, o Poder Público determinará instauração de processo administrativo, permitindo ampla defesa ao acusado.

§ 2º - O estabelecimento e seus sócios que tiverem o alvará de funcionamento cassado devido ao ato ilícito praticado ficam proibidos de obter novo alvará para o mesmo ramo de atividade, pelo período de 05 (cinco) anos.

Art. 4º - Após a cassação do alvará de Funcionamento do estabelecimento, a Prefeitura Municipal de Montes Claros deverá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, remeter cópias de todos os documentos e do processo administrativo ao Ministério Público Estadual, para que este possa se for o caso, intentar ação penal em face dos responsáveis pelo ato ilícito.

Art. 5º - Fica autorizado o Poder Executivo a firmar convênio com a ANP — Agência Nacional do Petróleo e com entidades que com ela mantenham convênio para — elaboração de laudos que comprovem os casos de adulteração de combustíveis previstos nesta lei, assim como para o recebimento de informações atualizadas sobre os estabelecimentos que comprovadamente fraudarem combustíveis.

Art. 6º - O poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.


CORIOLANDO DA S. RIBEIRO AFONSO - CORI.
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

E JUSTIÇA

EM 09 DE MAIO DE 2006

[Assinatura]

PRESIDENTE

É legal e constitucional.

Regime de emergência - 24.05.06.

A. Silva 24.05.06

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR

EM 01 DE MAIO DE 2006

[Assinatura]

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

APROVADO EM DISCUSSÃO POR

REGIME DE EMERGENCIA

EM 06 DE MAIO DE 2006

[Assinatura]

PRESIDENTE



Câmara Municipal de Montes Claros

Gabinete do Vereador Coriolando S. Ribeiro Afonso - Cori

JUSTIFICATIVA

O presente projeto tem como objetivo proteger e manter no mercado os bons comerciantes que preocupam com a qualidade do combustível comercializados em seus recintos e ao mesmo tempo excluir aqueles que por ventura vier a comercializar combustível adulterado protegendo também desta forma todos os consumidores do nosso Município.

Sala das reuniões da Câmara Municipal, 02 de Janeiro de 2006.


Coriolando da S. Ribeiro Afonso - Cori.

Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2006 que “Dispõe sobre a cassação do alvará de funcionamento de estabelecimento comercial no Município de Montes Claros nos quais ocorram adulterações de combustíveis.”, de autoria do vereador Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso.


Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O presente projeto, apesar de abordar questão de competência do Executivo Municipal, já que trata de contrato de emissão de alvarás municipais e feitiço de convênio municipal matérias afeitas ao Executivo, não impõe a este nenhuma obrigação, mas apenas o autoriza a fazê-lo, portanto, não invade a competência prevista em Lei.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 10 de maio de 2006.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605